

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Gazeta de Vitória

Class.: 00

Data: 21.05.84

Pg.: _____

190 Controle do IBDF sobre reservas é precário

Brasília — A situação dos parques nacionais e reservas biológicas brasileiras é extremamente grave e aumenta a cada dia o risco de serem perdidos e desmatados milhares de hectares protegidos por lei. Essa é a constatação dos participantes do encontro que reuniu, em Brasília, os diretores de todas as reservas do país, sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, que administra cerca de 11 milhões de hectares de áreas de preservação, metade dos quais não tem ainda sua situação fundiária definida.

Segundo os técnicos do IBDF, não há um só dos 25 parques nacionais e 13 reservas biológicas que não apresente problemas, a maioria deles relacionada à falta de equipamentos e de pessoal de fiscalização. Por exemplo, o Parque Nacional da Amazônia, com um milhão de hectares, conta com seis funcionários apenas, sendo que cabe a eles fiscalizar o trânsito de caminhões no trecho de 135 quilômetros da nova rodovia Transamazônica que corta a área e também impedir a ação dos garimpeiros que ali trabalham.

Para a diretora de parques nacionais e recursos naturais renováveis do IBDF, Raquel Milano, a principal questão é que "dependemos da definição de uma política conservacionista para o país". Ela se refere principalmente ao problema do pessoal, já que os órgãos do governo estão impedidos de contratar novos funcionários e até mesmo de substituir os que deixam as instituições. No Parque de Serra dos Órgãos, em Petrópolis, seis funcionários vão aposentar-se este ano e os dirigentes do IBDF não sabem como fazer para manter a unidade de conservação em funcionamento.

Enquanto o Parque de Pacas Novos, em Rondônia, tem interditados pela Fundação Nacional do Índio 600 dos seus 700 mil hectares, o de Chapada dos Veadeiros, no norte de Goiás, tem uma área de 60 mil hectares, dos quais apenas 10 mil são regularizados. Isto porque as terras de Chapada dos Veadeiros foram ilegalmente vendidas a compradores europeus, na década de 60. Os títulos do governo e dos empresários são, no entanto, reconhecidos pela Justiça, e o IBDF teria que comprar as áreas de volta, mas não dispõe de recursos para tanto.